

IMPACTOS E PRÁTICAS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA PÚBLICA

Euzimar Gregório dos Santos, Mestre em Ciências da Educação, doutoranda em Ciências da Educação, habilitação Educação Ambiental – UAA/PY

Euzimar.gregorio@gmail.com

RESUMO

Buscamos, neste estudo, problematizar o trabalho com a Educação Ambiental (EA) no meio escolar, a partir da investigação das atividades desenvolvidas através de Ações e Práticas com alunos especiais atendidos na sala de recursos multifuncionais em Educação Ambiental, em uma instituição pública da rede municipal de ensino do município de Malta, no estado da Paraíba, Brasil. O mesmo visa fortalecer um exercício de cidadania consistente e atuante dos mesmos junto à comunidade escolar. Partindo da hipótese inicial de que as ações e práticas em educação ambiental desenvolvidas na escola pesquisada apresentam problemáticas que dificultam a sua eficácia, devido em grande parte, ao pouco envolvimento dos(as) professores com trabalhos interdisciplinares, temos como objetivo inserir os(as) alunos(as) em tais ações. Ações estas que visa fortalecer o exercício da cidadania entre os mesmos, junto aos demais alunos da comunidade escolar. Portanto, sabemos que o resultado será satisfatório quando trabalhamos as mesmas de forma interdisciplinar e diárias no ambiente escolar.

Palavras-chave: Educação ambiental, ações, escola, práticas.

IMPACTOS Y PRÁCTICAS EN EDUCACIÓN AMBIENTAL EN LA ESCUELA PÚBLICA

Buscamos, en este estudio, discutir el trabajo con la educación ambiental (EA) en las escuelas, a partir de la investigación de las actividades desarrolladas a través de acciones y prácticas con alumnos especiales que se sirve en la sala multifuncional cuenta con la Educación Ambiental en una red institución pública escuela municipal en la ciudad de Malta, en el estado de Paraíba, Brasil. Su objetivo es fortalecer la ciudadanía un ejercicio constante y activa de la misma con la comunidad escolar. Partiendo de la hipótesis inicial de que las acciones y prácticas de educación ambiental desarrollado en la Escuela de Investigación tienen problemas que dificultan su efectividad, debido en gran parte a la falta de participación de los (las) maestros con el trabajo interdisciplinario, nuestro objetivo es introducir el (los) alumnos (as) en este tipo de acciones. Estas acciones orientadas a fortalecer el ejercicio de la ciudadanía entre ellos, junto con los otros estudiantes de la comunidad escolar. Así que sabemos que el resultado será satisfactorio cuando trabajamos la misma forma interdisciplinar y diariamente en el entorno escolar.

Palabras clave: educación ambiental; acciones; la escuela; Prácticas.

INTRODUÇÃO

A problemática da Educação Ambiental (EA) não se constitui um tema recente nas agendas públicas dos governantes, entretanto, pouco se tem realizado na implementação de programas concretos,

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

ações, diretrizes e políticas com o propósito de incentivá-la e promovê-la, tanto no âmbito da educação formal quanto no da não formal.

Na I Conferência em Tbilise no ano de 1977 na Geórgia realizada pela ONU sobre educação para o ambiente, já se recomendava a atenção para alguns aspectos indissociáveis da Educação Ambiental, como os aspectos políticos, econômicos, sociais, científicos, éticos, culturais e ecológicos. Neste sentido, a educação ambiental pode contribuir com a conscientização e sensibilização dos atores sociais frente aos problemas e às soluções que são produzidas no âmbito escolar, sendo um importante mecanismo de interação social, político e econômico em nosso meio, considerada ferramenta fundamental para a melhoria da qualidade de vida.

Apesar dos desafios encontrados no que diz respeito à sensibilização do público e as práticas correlacionadas à educação ambiental, é primordial que o tema seja inserido nas escolas, mas, principalmente, analisar as percepções e vivências dos (as) professores (as), acerca de suas experiências e práticas relacionadas à Educação Ambiental, bem como conhecer suas políticas e orientar a comunidade sobre suas normas.

A escola, como não poderia deixar de ser, vem evidenciando grande sensibilidade aos novos desafios ambientais e, seguindo recomendações da Política Nacional de Meio Ambiente (PNEA), Lei, 6939/81 e as Diretrizes dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1997), acabam incorporando as questões ambientais em sua grade de ensino. Entretanto, sem a mobilização desses membros, qualquer ação e prática em educação ambiental desenvolvida pela equipe de professores se tornarão inviável.

Diante da relevância da questão ambiental para a sociedade, objetivou-se com este estudo realizar um diagnóstico das ações e práticas em Educação Ambiental em uma escola pública com professores do Ensino Fundamental no município de Malta – PB. A Educação Ambiental desenvolvida na instituição de ensino objeto de estudo possui problemáticas que dificultam a realização de ações, práticas em Educação Ambiental e sua eficácia, visto que, o público alvo professores e alunos apresentam pouca eficácia quanto às práticas e teorias a respeito da EA. Por outro lado, dificuldade como disciplinas fragmentadas contribuem para baixa eficácia quanto à realização das práticas em EA nas escolas públicas.

Uma das propostas com práticas da EA é o aprofundamento nas discussões sobre as questões ambientais tendo como meta os problemas e a formação de educadores dentro da área ambiental através da leitura crítica da realidade. Portanto, a questão ambiental na escola pública objeto da pesquisa é apresentada como alternativa interdisciplinar. Nesse sentido, os (PCN, 2001) estabelecem temas geradores que podem ser trabalhados, apresentando aos professores sugestões para guiar o trabalho, promovendo assim, o senso crítico necessário para uma transformação da realidade e enfrentamento da crise ambiental.

Para atender aos objetivos deste estudo, primeiramente, foi elaborado o referencial teórico sobre a educação ambiental na escola e seu papel como instrumento de transformação e conscientização no contexto escolar. Na sequência, são descritos os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa

e, por fim, são analisados os resultados e apresentadas às considerações finais e referências bibliográficas.

Primeiras Considerações

Diante deste contexto, a educação ambiental não deve ser vista apenas como uma teoria vinculada aos livros didáticos ou como práticas nos dias comemorativos como, por exemplo: dia da árvore, do Meio Ambiente, da água, entre outros, mas sim, como uma ferramenta útil utilizável nas atividades cotidianas por parte da comunidade escolar, a exemplo do simples ato de jogar o papel livremente a céu aberto, bem como o respeito ao próximo e a natureza que poderá se estender às práticas de conservação do meio ambiente através da produção de mudas arbóreas frutíferas que se adaptam ao semiárido.

Assim, a teoria aliada à prática poderá propiciar condições adequadas para que estudantes se relacionem através de conhecimentos adquiridos com a realidade vivida no seu ambiente escolar e social. De forma geral, a educação ambiental tem se apresentado como uma política que busca reorientar as premissas quanto às atitudes da humanidade e suas relações com o Meio Ambiente, e a partir da educação, busca-se sensibilizar a sociedade a construir um novo modelo de relacionamento com a natureza.

Neste sentido, é tarefa fundamental do educador orientar o público a construírem significados seguros e necessários, para que façam suas opções, e os mesmos deverão ser utilizados não apenas para construir o conhecimento, mas habilidades que permitirão que o ser humano atue no seu meio com comprometimentos e responsabilidades respeitando os direitos e valores de toda a comunidade para melhoria da qualidade de vida.

JUSTIFICATIVA

A não inserção dos alunos especiais em trabalhos extraclasse e de movimentações diversas a exemplo das produções de mudas e aula guiada fora da escola. Esse ato estava causando inquietação nos alunos(as), a inserção dos mesmos nas atividades contribuirá para minimizar tais problemas na comunidade local e os mesmos exerce com veemência sua cidadania, já que buscamos identificar as causas mais marcantes do problema e discutir possíveis soluções, capaz de contribuir para o debate de reflexão sobre as práticas em Educação Ambiental na perspectiva de uma prática de transformação do alunado da comunidade escolar campo de pesquisa.

OBJETIVO GERAL

Estimular a preservação ambiental através de mudança de atitudes em nossas práticas, e a formação de novos hábitos de preservação ambiental com relação ao ambiente escolar e seu entorno.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA

O trabalho de pesquisa abordou o tema Educação Ambiental na Escola, constituída por alunos em diferentes faixas etárias, visto que a Educação Básica abrange desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, garantidos e assegurados pelo Governo Federal através da Lei 11. 274/2006 (FATH, 2011; MELLO & TRAJBER, 2007). De acordo com Henriques et al., (2007) e Reigota (2008), a escola pode ser considerada um espaço privilegiado para desenvolver o tema Educação ambiental, desde que dê oportunidade a criatividade. A inserção do tema Educação Ambiental na escola propõe modificar a concepção de educação (REIGOTA, 2009).

No ensino Formal, a educação ambiental tem sido geralmente exercida de quatro maneiras que visam estimular a conservação de áreas naturais e as estratégias que possam desenvolver o exercício de cidadania (TAMOIO, 2002).

A própria política Nacional da educação ambiental, na seção II cita a inserção da educação ambiental no ensino formal, que deve ser desenvolvido no âmbito dos currículos das instituições de ensino público e privado, englobando toda a educação básica, educação superior, e ensino de jovens e adultos (PNEA, 1999 & BRASIL, 2006). De acordo com o PNEA (1999), a dimensão ambiental deve constar nos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas. Uma das funções mais importantes da escola é seu poder de influência e transformação da comunidade em que está inserida. Por outro lado, é na temática ambiental que a escola poderia apresentar um impacto significativo na sociedade (VEIGA et al., 2005).

O Brasil vem promovendo esforços, por meio de diretrizes e políticas públicas, no sentido de promover e incentivar a Educação Ambiental nas escolas do ensino fundamental, principalmente, desde a segunda metade dos anos 90 (LOUREIRO et al., 2007). A aprovação da Lei nº 9.795/99 e do seu regulamento, o Decreto nº 4.281/02, estabelecendo a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) despertou grandes expectativas, especialmente para os educadores, ambientais e professores (LIPAI et al., 2007). Segundo Tozoni-Reis (2008), refletir sobre a Educação Ambiental na escola exige, em primeiro lugar, que se reflita sobre a relação entre educação, escola e sociedade. Por outro lado, Saviani (2005), define que, o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Concordando com Tozoni-Reis (2008), isso significa dizer que o processo educativo é um processo de formação humana, no qual os seres humanos, que nascem inacabados do ponto de vista de sua humanidade, de seu caráter humano, são produzidos e construídos como humanos.

Para tanto, o autor supracitado afirma que os seres humanos, para serem considerados de fato seres humanos, necessitam de um processo de humanização, de formação humana de educação, onde a mesma tem como objetivo realizar esta tarefa de formação, através de um processo de conscientização que significa conhecer e interpretar a realidade e atuar sobre ela, construindo-a. Assim, em sintonia com os autores já citados e com os princípios da educação ambiental transformadora, crítica e emancipatória que atribuímos alguns pressupostos que julgamos imprescindíveis para que a educação ambiental seja incorporada ao ensino formal e possa auxiliar na formação de cidadãos, não apenas aptos a viverem em sociedade, bem como capazes de questioná-la e, assim, promover mudanças.

Apesar dos relatos realizados pelos autores supracitados é importante destacar que estes mencionam ainda que a Educação Ambiental tenha sido compreendida a partir de pressupostos teóricos e práticos

diferentes entre aqueles que a praticam. As diferentes concepções, que resultam nas práticas educativas ambientais, têm sido bastante estudadas e podem ser sintetizadas em: a Educação Ambiental para mudança de comportamentos considerados ambientalmente incorretos (acrítica); a Educação Ambiental centrada na transmissão de conhecimentos técnicos e científicos sobre os processos naturais (acrítica); e a Educação Ambiental como um processo político de apropriação crítica de conhecimentos, atitudes, valores e comportamentos para a construção, coletivos e participativos, de uma sociedade sustentável (LOUREIRO, 2007; SATO, 2008; BLANCO, 2005).

De acordo com Seabra (2008) e Carvalho (2011), as abordagens críticas da Educação Ambiental têm como identidade o pensamento crítico no campo do conhecimento pedagógico. Na visão dos autores acima em destaque, os temas educativos e as ideias sobre a função da escola tratam de colocá-la a serviço desse processo, coletivo, de humanização plena dos sujeitos sociais.

Se a função democrática e transformadora da escola é a garantia da apropriação, pelos sujeitos, do conhecimento elaborado, a contextualização, histórica e social, dos conhecimentos é sua tarefa educativa, inclusive na dimensão ambiental.

De forma similar, Loureiro (2007), discute a Educação Ambiental como ferramenta imprescindível para a sustentabilidade, cujas discussões culminaram na elaboração desse documento, considerando a educação-formação como um processo contínuo e permanente, cujos princípios educativos são o respeito a todas as formas de vida e os valores e ações transformadoras no quanto à realidade social e ambiental e posicionando-se a favor de conteúdos formativos que estejam centrados na responsabilidade individual e coletiva, local e planetária: De forma geral, uma Educação Ambiental crítica, transformadora e emancipatória é uma estratégia para a construção de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas (TRAJBER & MELLO 2007).

Concordando com Tozoni-Reis (2008), a Educação Ambiental para a sustentabilidade é uma educação política, democrática, libertadora e transformadora. Desta forma, a educação ambiental crítica e transformadora é uma escolha que tem como ponto de partida a constatação histórica de que vivemos numa sociedade ecologicamente desequilibrada e socialmente desigual, pois a maioria das escolhas é realizada através do tempo, visando à relação homem/ambiente, resultando atualmente em desequilíbrio ambiental e social (SEABRA, 2009; MELLO & TRAJBER, 2007). Assim, Silva (2008), afirma que os professores exercem uma grande influência sobre a construção dos valores de conservação ambiental que tange desde o seu surgimento até o amadurecimento total do tema abordado como campo de pesquisa e ação educativa que vem produzindo discussões suficientes para superarmos ou minimizarmos o quadro constatado atualmente. Entretanto, é importante destacar ainda que a inserção da disciplina ou um programa de ensino vinculado ao ensino de Ciências, Biologia e áreas próximas, são imprescindíveis no sentido de tratar o tema abordado de forma mais ampla, como educação que tematiza o ambiente (LOUREIRO, 2007).

Para Tozoni-Reis (2004), se por um lado, a inserção da Educação Ambiental na escola não significa transformá-la numa disciplina de conteúdos formais a serem transmitidos mecânica e criticamente aos educandos. Por outro lado, é importante ressaltarmos que para cumprir a sua função social e de acesso aos alunos à escola além de considerar a importância histórica do tema produzido, esta necessita além deste aspecto, garantir condições concretas através de ações educativas instigantes e

inovadoras para que esses conhecimentos sejam por eles apropriados (LOUREIRO, 2007 & TOZONI-REIS, 2008).

De forma similar, Tozoni (2008), relata que a superação da Educação Ambiental como disciplina, que já se encontra consolidada entre os educadores ambientais mais críticos, traz como paradigma de organização curricular para a temática ambiental e interdisciplinaridade, tendo como ponto de partida a identificação da Educação Ambiental com os princípios da educação crítica, transformadora e emancipatória fundamentada no pensamento crítico que tem sido problematizada por vários autores (LOUREIRO, 2005 & 2007; TOZONI-REIS, 2004).

Para Henriques et al. (2007), a Educação Ambiental não está presa a uma disciplina ou grade curricular rígida, ela oportuniza a ampliação de conhecimentos em uma diversidade de dimensões, tendo em vista a complexidade dos sistemas naturais e sociais. Por outro lado, Mello & Trajber (2007), analisa que, discutir que a partir do conceito de simplicidade (e não simplista), o programa mantém o foco na sustentabilidade ambiental local e do planeta, aprendendo-se com as culturas locais, estudando a dimensão da ciência, abrindo janelas para a participação dos jovens em políticas públicas de meio ambiente e para a produção do conhecimento na escola. Os autores supracitados ainda mencionam que a escola, para exercer sua função transformadora, no sentido de contribuir para a democratização da sociedade, não poderá abrir mão de sua responsabilidade específica que significa garantir que os sujeitos sociais que por ela passam se apropriem de forma crítica.

De forma crítica e reflexiva do saber elaborado pela cultura à qual pertencem, é importante que o educador compreenda da forma mais complexa possível a realidade social na qual ele atua. Não basta, para isso, conhecer a realidade, é preciso pensar sobre ela, refleti-la, inclusive tendo as diferentes teorias educacionais como referência (LOUREIRO, 2008; MELLO & TRAJBER, 2007; TOZONI-REIS, 2008). Entretanto, Reigota (2009), relata que na Educação Ambiental escolar deve-se enfatizar o estudo do meio ambiente onde vive os (as) alunos (as), a tendência da EDUCAÇÃO AMBIENTAL crítica é tematizar não apenas o ambiente natural, mas os aspectos socioambientais dessa relação, procurando levantar os principais problemas cotidianos, enfim, os conhecimentos necessários e as possibilidades concretas para resolução deles.

Concordando com os autores acima citados, Carvalho (2011), enfatiza que o fato da educação ambiental escolar priorizar o cotidiano dos alunos não significa, de forma alguma, que as que se apresentam aparentemente distantes, não devam ser abordadas, pois a mesma deve estimular a solidariedade, o respeito aos direitos humanos. Para Tozzoni-Reis (2008), as abordagens críticas da Educação Ambiental têm se identificado com o pensamento crítico no campo do conhecimento pedagógico. Segundo o autor, os temas educativos e as ideias sobre a função da escola tratam de colocá-la a serviço desse processo, coletivo, de humanização plena dos sujeitos sociais.

De modo geral, se a função democrática e transformadora da escola é a garantia da apropriação, pelos sujeitos, do saber elaborado, a contextualização, histórica e social, dos conhecimentos é sua tarefa educativa, inclusive na dimensão ambiental (LOUREIRO et al., 2008). De forma similar, Tozoni-Reis (2008), enfatiza que, não tem nenhum sentido pensarmos na inserção da Educação Ambiental na escola sem integrá-la plena e concretamente ao currículo escolar, sendo a proposta ingênua e imobilista da inserção da temática ambiental como atividade extracurricular esvazia de importância

essa temática e não contribui para a formação, plena e reflexiva, de sujeitos ambientalmente comprometidos e responsáveis pela construção de relações socioambientais socialmente justas e ecologicamente equilibradas (REIGOTA, 2008 & HENRIQUES et al., 2007).

Para tanto, nosso ponto de partida é a identificação da Educação Ambiental com os princípios da educação crítica, transformadora e emancipatória fundamentada no pensamento crítico que tem sido problematizada por vários autores (LOUREIRO, 2005 & TOZONI-REIS, 2004), partindo do princípio de que as propostas pedagógicas têm que ser construídas pelos próprios educadores, em parceria com os educandos, pois a participação é um dos diferenciais da pedagogia crítica, trazemos para análise dos professores a articulação de duas possibilidades metodológicas: o mapeamento ambiental, para identificação dos temas ambientais locais mais significativos para a comunidade escolar, e a metodologia dos temas geradores para tratar destes temas.

Em Reigota (2009), o autor defende que, as práticas pedagógicas de educação ambiental precisam estimular o contato e as relações com a comunidade. Segundo Carvalho (2004), a escola desempenha papel fundamental no desenvolvimento, já que os educandos envolvidos nos projetos escolares relacionados ao assunto realizam um efeito multiplicador na comunidade em que vive. Para Mayer (1991 e 1992), tem sido através desta proposta, que a investigação e o estudo na escola e seu entorno podem ser realizados de maneira participativa, pois ela estimula o desenvolvimento de atitudes investigativas, instigando a responsabilidade, a organização e a iniciativa necessárias para a realização de trabalhos coletivos pautados na cooperação, sendo o mapeamento ambiental é uma proposta da autora. Ainda na ótica da autora supracitada, esta proposta pedagógica é uma estratégia educativa para ampliar a compreensão dos educandos sobre o ambiente em que vivem, articulando investigação e ação educativa.

Neste contexto, de acordo com a discussão dos autores é preciso a realização de levantamentos ambientais, diagnosticando o ambiente conforme a concepção de cada indivíduo quanto ao espaço social, histórico, político e cultural e, ao mesmo tempo, se apropriarem do conhecimento produzido, tornando-se, portanto, sujeitos das ações educativas ambientais. O mapeamento ambiental tem como principal objetivo ampliar a compreensão dos sujeitos envolvidos acerca do ambiente em que vivem e pode ser realizado com resultados muito interessantes por crianças, jovens, adultos e idosos. Portanto, o mapeamento ambiental é uma metodologia potencializadora para a identificação dos temas ambientais locais como geradores de discussões socioambientais (LOUREIRO, 2004; TOZONI-REIS, 2008 & MAYER, 1992).

A Educação Ambiental não pode se limitar ao acúmulo de conhecimentos, mas sim, selecionar e interpretar os conhecimentos disponíveis e sem perder de vista que o objetivo principal é fazer com que esse conhecimento possibilite e amplie a participação política social dos (as) alunos (as), professores (as) e toda a comunidade escolar e local, assim como de todos os sujeitos do processo educativo (REIGOTA, 2009; CARVALHO, GRUN & TRAJBER, 2006).

PRÁTICAS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA

Segundo Henriques ET al. (2007), desde 2004, o MEC vem realizando pesquisas e levantamentos a fim de compreender melhor a presença da Educação Ambiental nas escolas de ensino fundamental e

nas instituições de ensino superior. Ainda segundo o autor supracitado, o Brasil vem realizando esforços através de diretrizes e políticas públicas no sentido de promover e incentivar a Educação Ambiental nas escolas do ensino fundamental, principalmente, desde a segunda metade dos anos 90 com o intuito de mensurar estes avanços no que diz respeito à expansão da Educação Ambiental (MELLO & TRAJBER, 2007).

Considerando alguns pressupostos do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidades globais, faremos uma análise de como a educação ambiental formal e não formal vêm tratando a questão do meio ambiente e quais as possibilidades de se realizar um trabalho com práticas em educação ambiental, fazendo uso das políticas públicas, provocando transformações individuais e coletivas em prol de nossa sociedade. No ensino fundamental é importante enfatizar a sensibilização com a percepção, interação, cuidada e respeito das crianças e adolescentes/jovens para com a natureza e cultura destacando a diversidade dessa relação (ABREU et al., 2011).

Ainda considerando a importância da temática ambiental e a visão integrada de mundo, tanto no tempo como no espaço, a escola deverá oferecer meios efetivos para que cada aluno (a) compreenda os fatos naturais e humanos a esse respeito (PCNs, 2001). Para Reigota (2009) e Henriques et al. (2007), eles vão mais além e relatam que os indivíduos desenvolva suas potencialidades e adote posturas pessoais e comportamentos sociais que lhes permitam viver numa relação construtiva consigo mesmo e com seu meio, colaborando para que a sociedade seja ambientalmente sustentável e socialmente justa. Para Reis Júnior et al. (2007), o processo educativo da educação ambiental vivencial considera os indivíduos de forma integral, incluindo e priorizando o aprendizado através do corpo, dos sentidos e da percepção mais sutil de si mesmo, dos outros, do mundo, da natureza, e dos processos vitais que dão origem e sustentam a vida.

Concordando com os PCNs, (2001) e outros. Para tanto se propõe que o trabalho com o tema Meio Ambiente contribua através de práticas realizadas no ambiente escolar com os alunos para que os mesmos colaborem para preservar através de ações todas as manifestações de vida no planeta; e garantindo as condições para que ela prospere em toda a sua força, abundância e diversidade.

Para Abreu et al. (2011), a Educação Ambiental no processo educacional vem sendo amplamente discutida em inúmeros estudos, pois se percebe que através desta é possível fazer com que o aluno tenha um novo olhar sobre sua relação com o meio ambiente mudando suas atitudes e promovendo as melhorias necessárias à recuperação e preservação do mesmo. Por outro lado, Carvalho (2004) e Reis Júnior (2007), a escola é uma instituição formadora e importante no repasse do seu Projeto Político Pedagógico, e através deste inserir projetos de conscientização e principalmente ações sobre Educação Ambiental.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

O estudo foi realizada na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Cônego Joaquim de Assis Ferreira, localizada na zona urbana do município de Malta, Estado da Paraíba, Brasil. O estudo teve a duração a duração de 01(ano), no decorrer do ano de 2015, a coleta de dados

foi feita com uma amostra de 20 alunos com especialidades diversas como: surdez, deficiência intelectual, autismo e baixa visão, com idades variando entre 9(nove) e 14(quatorze) anos. O mesmo é de cunho **qualitativo**, seguirá o **modelo não experimental**, ou seja, se desenvolverá sem a manipulação de variáveis de forma a observar os acontecimentos em ambiente natural e depois analisá-los. É **explicativa**, pois vai além da descrição de conceitos e/ou comportamentos. Preocupa-se em responder as causas dos acontecimentos, dos fenômenos que se manifestam sejam estes físicos ou sociais que como afirma Sampiere *et al.* (2006, p. 107) seu interesse está em responder por que ocorre um fenômeno e em quais condições ou porque duas ou mais variáveis estão relacionadas.

O primeiro contato foi feito com a Diretora que sempre apoiou os trabalhos com EA realizados na comunidade escolar que a mesma administra. Ressalta-se também que o presente estudo originou-se da intenção de captar informações, a partir da falta de percepção ambiental dos alunos para convivência no seu dia-a-dia, para melhor conviver com a realidade de sua casa, sua comunidade e seu município. E de que forma as ações desenvolvidas pelos professores podem contribuir na difusão dos conceitos e práticas da educação ambiental formal e não-formal para com os alunos e seu convívio.

Quadro 01- Ações e práticas desenvolvidas com alunos especiais

Educação Ambiental Formal	Educação Ambiental Não Formal
1.Vídeo sobre o lixo na escola	1. Passeio na cidade para identificar os tipos de árvores existentes
2.Visita as salas de aulas para ver se identificávamos papeis no piso das salas	2.Visita a companhia de água que abastece o município
3.Visita diária aos banheiros para ver as situações das torneiras das pias	3.Visita guiada a praças
4.Identificar o que seria poluição sonora na escola	4.Visitas a outras escolas da rede municipal mostrando a importância das ações na escola
5. Identificar na comunidade escolar o que se identificava com poluição visual	5. Distribuição de mudas produzidas no Assentamento Rural Padre Acácio
6.Plantio de mudas arvores no pátio aberto da escola	
7.Cuidados com as árvores já existentes na escola	
8. Identificar através da cor que tipo de lixo iria para cada depósito	
9.A importância do bicicletário na escola	

Fonte: Secretaria da Escola objeto de estudo, 2018

O estudo aqui apresentado tem a preocupação de contemplar questões relacionadas ao meio em que o(a) aluno(a) está inserido de forma participativa sendo capaz de estabelecer relações com o Meio Ambiente, interagir, transformar, reelaborar e agir no meio em que vive e em outras realidades. Diante disso, a equipe de professores desenvolveu este estudo em parceria com toda a comunidade escolar consciente da importância do mesmo na formação do cidadão, sem esquecer, que buscamos em futuro próximo, uma comunidade escolar sustentável. O mesmo tem o intuito de inserir os alunos atendidos na Sala de Recursos Multifuncionais na preservação do Meio Ambiente, através das ações e práticas em EA desenvolvidas na escola objeto de estudo.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Porém, nos deparamos com um bom envolvimento da comunidade escolar nos trabalhos com a EA. Nossos alunos(as) três vezes por semana visitava as salas lembrando aos demais para não jogar papel no piso da escola, na hora do recreio os lembretes nas faixas e cartazes ficam no pátio como podemos ver nas imagens, em a vistas de todos(as). Em nosso meio educacional o aluno deve ser estimulado a estabelecer relações, a compreender “causa e efeito” e perceber o avanço da ciência, mas também a ação do homem sobre a natureza e suas consequências sobre o contexto social. Um projeto envolvendo realmente os alunos provoca: a busca de novas informações para a resolução ou entendimento de outras situações, a concentração, a cooperação entre colegas e a necessidade de organização. Evita que eles sejam meros espectadores ou receptores passivos de informações que serão temporariamente memorizadas e o quanto antes esquecido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nosso meio educacional o aluno deve ser estimulado a estabelecer relações, a compreender “causa e efeito” e perceber a importância da preservação ambiental em nosso meio, mas também a ação do homem sobre a natureza e suas consequências sobre o contexto social. O estudo envolveu realmente os alunos na busca de novas informações para a resolução ou entendimento de outras situações, a concentração, a cooperação entre colegas e a necessidade de organização. Evita que eles sejam meros espectadores ou receptores passivos de informações que serão temporariamente memorizadas e o quanto antes esquecido. Obtivemos até o momento: Integração de alunos (as) e professores (as) da zona urbana junto aos da zona rural, ambos com o objetivo de cuidar e preservar o meio ambiente; Fortalecimento da ideia do trabalho em grupo para produção de mudas; A valorização do associativismo e de práticas comunitárias.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei 9.394, de 20.12.1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. DOU 23.12.1996. (MEC, acesso em 15/06/2013).

BRASIL. Política Nacional de Educação Ambiental. Lei 9.795/99. Brasília: MMA, 2009.

CASCINO, Fábio; JACOBI, Pedro; OLIVEIRA, José Flávio. Educação, Meio Ambiente e Cidadania: reflexões e experiências. São Paulo: SEMA/CEAM, 1998.

CARVALHO, I. C. de M. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2004.

CZAPSKI, S. Muitas “EAs”: como entender a profusão de novas EAs, desenvolvidas desde os anos 1990? In: BRASIL. Os diferentes matizes da educação ambiental no Brasil: 1997 – 2007. Brasília: MMA, 2008. p. 253-263.

GASKELL, G. (2008). Entrevistas individuais e grupais. In M. W. Bauer & G. Gaskell (Eds.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático* (pp. 64-89). Petrópolis, RJ: Vozes.

GRÜN, Mauro. Ética e Educação Ambiental: a conexão necessária. São Paulo: Papirus, 1996.

GUIMARÃES, M. (Org.) Caminhos da educação ambiental: da forma à ação. Campinas: Papirus, 2006.

LOUREIRO, Carlos Frederico, LAYRARGUES, Philippe Pomier & CASTRO, Ronaldo Souza de. (orgs.) Educação Ambiental : repensando o espaço da cidadania. São Paulo, Cortez, 2002.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. A questão ambiental no pensamento crítico. Rio de Janeiro, Editora Quartet, 2007.

MEDINA, N.; SANTOS, E. Educação ambiental: uma metodologia participativa de formação. Petrópolis: Vozes, 1999.

MEYER, M.A. de A. *Educação ambiental: e (des)envolvimento*. Ciência & Ambiente. Santa Maria, Universidade Federal de Santa Maria, p.53-70, jan.jun.1994.

MITTLER, P. Educação Inclusiva: Contextos Sociais. Traduzido Windyz Brazão Ferreira. Editora Artmed: Porto Alegre, 2003.

SATO, Michèle (Coord.) et al. Ensino de ciências e as questões ambientais. Cuiabá: NEAD, UFMT, 1999.

REIGOTA, Marcos. O que é Educação Ambiental. São Paulo: Brasiliense, 2012.